

Posição da direção da Associação de Professores de Matemática face à recente homologação do Programa de Matemática para o Ensino Básico

A direção da APM tomou conhecimento da recente homologação do programa de Matemática para o Ensino Básico que tem como essência as Metas Curriculares de Matemática (agosto 2012) e sobre as quais já anteriormente se pronunciou. Manifesta publicamente, mais uma vez, total discordância com esta alteração inoportuna e inapropriada de programas e bastante preocupação com as consequências que certamente daí advirão. O programa agora homologado apresenta apenas alterações de pormenor à proposta colocada à discussão, pese embora as extensas e profundas críticas que mereceu da parte de instituições e grupos de professores que entenderam tornar públicos os seus pareceres.

No momento em que os resultados nacionais (prova final do 1º ciclo) e os resultados dos testes internacionais TIMSS e PISA mostram melhorias na aprendizagem dos alunos portugueses, a direção da APM estranha as decisões do Ministério da Educação (MEC). Continua a considerar fundamental que os estudos de avaliação realizados sobre a experimentação e a fase inicial da implementação do PMEB de 2007 sejam tornados públicos.

Lembra que, ao contrário do que tem sido dito pelo MEC e pelos autores das metas e do programa agora homologado, as perspetivas de aprendizagem por ele veiculadas divergem substancialmente das orientações curriculares de países considerados de referência nesta matéria e distanciando-se das indicações subjacentes aos estudos internacionais promovidos pela OCDE e outros organismos, como o PISA e o TIMSS. Ora, estes estudos, no que concerne à Matemática, centram-se nas aprendizagens que são consideradas como fundamentais à vida do dia-a-dia, à vida profissional — mas também ao desenvolvimento do conhecimento científico e do progresso das nações — entre as quais se encontram o raciocínio e comunicação matemáticos e a resolução de problemas, bem como o cálculo mental e as estimativas e as conexões matemáticas. A ser efetivamente adotado este programa, que desvaloriza estas aprendizagens, os resultados dos alunos portugueses nesses estudos correm grandes riscos de vir a piorar.

Reafirma que este programa vai pouco além do enunciar de uma lista de tópicos e subtópicos matemáticos e com as Metas Curriculares, de que decorre, estabelece um vasto conjunto de objetivos muito específicos numa formulação de cariz prescritivo, condicionando assim fortemente a liberdade e autonomia dos professores na determinação das suas opções metodológicas e sublinha que, para além da discordância com este documento que várias vezes deu a conhecer, continuam a persistir incorreções na versão agora homologada.

Alerta que a homologação deste programa culmina um processo apressado de que não foi dada justificção fundamentada, vem desprezar o trabalho que os professores têm estado a desenvolver nas escolas e com os seus alunos no âmbito do atual programa, fazendo tábua rasa de todo o investimento realizado no acompanhamento da aplicação desse mesmo programa iniciada em 2008/09 e na formação de professores desenvolvida no âmbito do Programa de Formação Contínua (2005-2011) em que estiveram envolvidos muitos milhares de docentes. Esta alteração precipitada vai certamente provocar grande instabilidade nas escolas, junto de professores e alunos, atingindo também pais e encarregados de educação; refere-se, a título de exemplo, que no próximo ano letivo, os alunos que entrarem nos 5º e 7º anos iniciarão o seu terceiro programa de Matemática, o que denota um total desrespeito pelos alunos.

A direção da Associação de Professores de Matemática entende pois que não há qualquer justificção para que esta medida seja implementada, com a agravante da pressa com que o processo está a ser conduzido e sem paralelo em qualquer outra disciplina; considera que ela será prejudicial para o ensino e a aprendizagem da Matemática no nosso país; e solicita, por isso, a anulação da homologação deste programa e a consequente manutenção do programa em vigor até que decorra tempo suficiente para que uma avaliação fundamentada da sua implementação possa ser realizada, permitindo, deste modo, identificar eventuais deficiências ou fragilidades e formas de as corrigir.

A direção da APM
25 de junho de 2013